

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.876 - PR (2019/0251532-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE LONDRINA - PR**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CAMPO GRANDE - MS**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE LONDRINA/PR**, ora suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CAMPO GRANDE/MS**, ora suscitado.

Cingem-se os autos à definição da competência para apurar a prática do crime de estelionato mediante suposta clonagem e alteração de numerário de cheque.

Discute-se se a competência é do Juízo do local onde houve a obtenção da vantagem indevida (agência em que o cheque adulterado foi compensado) ou do Foro onde ocorreu o prejuízo (agência da vítima).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito e pela declaração da competência do juízo suscitado.

É o relatório.

Decido.

Cumpra registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

O art. 70 do Código de Processo Penal estabelece:

"Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução."

Na presente hipótese, apura-se a eventual prática de crime de estelionato, "... em tese, por Elizangela Melo da Silva em desfavor de Francisco de Oliveira Batista, em face dos seguintes fatos: no dia 06-03-2013, Francisco de Oliveira Batista emitiu a lâmina do Cheque 002278 de sua Conta-Corrente 10359-8, junto à Agência 0091 do Banco Itaú S/A, localizada na **cidade de Campo Grande/MS**, no valor de R\$ 193,00; a referida lâmina foi depositada na Conta 0041058-6 da Agência 0950, do Banco Bradesco, localizada na **cidade de Londrina/PR**, de titularidade de Elizangela Melo da Silva, com o valor alterado para R\$ 3.800,00" (e-STJ, fl. 12).

Consoante pacífico entendimento desta Corte Superior, o crime, em tese, de estelionato mediante clonagem e alteração de numerário de cheque se perfaz no local onde ocorreu o efetivo dano (onde a vítima possui conta-corrente).

A propósito, confira-se interessante comparativo proposto pelo em. Min. Reynaldo Soares:

"Há que se diferenciar a situação em que o estelionato ocorre por meio do saque (ou compensação) de cheque clonado, adulterado ou falsificado, da hipótese em que a própria vítima, iludida por um ardil, voluntariamente, efetua depósitos e/ou transferências de valores para a conta corrente de estelionatário. Quando se está diante de estelionato cometido por meio de cheques adulterados ou falsificados, a obtenção da vantagem ilícita ocorre no momento em que o cheque é sacado, pois é nesse momento que o dinheiro sai efetivamente da disponibilidade da entidade financeira sacada para, em seguida, entrar na esfera de disposição do estelionatário. Em tais casos, entende-se que o local da obtenção da vantagem ilícita é aquele em que se situa a agência bancária onde foi sacado o cheque adulterado, seja dizer, **onde a vítima possui conta bancária**. Já na situação em que a vítima, induzida em erro, se dispõe a efetuar depósitos em dinheiro e/ou transferências bancárias para a conta de terceiro (estelionatário), a obtenção da vantagem ilícita por certo ocorre quando o estelionatário **efetivamente se apossa do dinheiro**, seja dizer, no momento em que ele é depositado em sua conta.

[...]

Tendo a vítima efetuado um depósito em dinheiro e duas transferências bancárias para duas contas correntes vinculadas a agências bancárias situadas na cidade de São Bernardo do Campo/SP, é de se reconhecer a competência do Juízo de Direito de São Bernardo do Campo/SP para conduzir o inquérito policial." (CC 167.025/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 28/08/2019, grifou-se)"

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONHECIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CRIME DE ESTELIONATO MEDIANTE CLONAGEM DO CHEQUE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL EM QUE SITUADA A AGÊNCIA BANCÁRIA DA VÍTIMA. REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Tratando-se de declaratórios em face de decisão monocrática, com evidenciado conteúdo infringente, devido é seu conhecimento como agravo regimental.

2. Na esteira da jurisprudência desta Corte, a competência territorial para a persecução penal relativa ao estelionato mediante clonagem e alteração do numerário de cheque é fixada pelo local onde se encontra o banco sacado, porquanto lá se consuma o delito, com o efetivo prejuízo à vítima.

3. Declarada a competência do JUÍZO DE DIREITO DE CAMAPUÃ/MS, estranho ao conflito.

4. Ausente erro ou omissão a sanar.

5. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental, ao qual é negado provimento.

(EDcl no CC 151.023/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 18/12/2017,

Superior Tribunal de Justiça

grifou-se)"

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ESTELIONATO. ADULTERAÇÃO DE CHEQUE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL EM QUE SITUADA A AGÊNCIA BANCÁRIA DA VÍTIMA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a competência territorial para a persecução penal relativa ao estelionato mediante clonagem e alteração do numerário de cheque é fixada pelo local onde se encontra o banco sacado, porquanto lá se consuma o delito, com o efetivo prejuízo à vítima (CC 143.621/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/05/2016, DJe 07/06/2016).

2. Nessa linha de raciocínio, o delito de estelionato é consumado no local em que se verifica o prejuízo à vítima. (...) **Ainda que o delito de estelionato seja praticado mediante adulteração de cheque, a competência para o processo e julgamento dos fatos deve ser declarada em favor do juízo do local em que a vítima mantém a conta bancária** (AgRg no CC 146.524/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 22/03/2017, DJe 30/03/2017).

[...]

4. Conflito negativo conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo - SP, o suscitado.

(CC 154.574/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/2017, DJe 20/10/2017)"

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. ADULTERAÇÃO DE CHEQUE. CONSUMAÇÃO. LOCAL EM QUE SE VERIFICA O PREJUÍZO À VÍTIMA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Conforme entendimento consolidado no âmbito da Terceira Seção, o delito de estelionato é consumado no local em que se verifica o prejuízo à vítima. Precedentes.

2. **Ainda que o delito de estelionato seja praticado mediante adulteração de cheque, a competência para o processo e julgamento dos fatos deve ser declarada em favor do juízo do local em que a vítima mantém a conta bancária. Precedente.**

3. Agravo regimental desprovido, confirmando-se a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e Criminal de Mafra/SC.

(AgRg no CC 146.524/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/2017, DJe 30/03/2017, grifou-se)"

Na caso em apreço, o suposto crime ocorreu mediante clonagem e alteração de numerário de cheque, vinculado à conta da vítima situada na cidade de Campo Grande/MS (Ag: 0091, conta 10359-8, Banco Itaú, Campo Grande/MS) (e-STJ, fls. 118-121).

Logo, segundo o entendimento acima delineado, a competência é do Juízo suscitado (Campo Grande/MS).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **conheço** do conflito para determinar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Campo Grande/MS.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

